

A. I. Nº - 281392.0641/22-2
AUTUADO - STEFAN WALTER BERTHER
AUTUANTE - PAULO CÂNCIO DE SOUZA
ORIGEM - DAT METRO / INFAZ ITD
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 17/10/2023

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0186-03/23-VD

EMENTA: ITD. FALTA DE RECOLHIMENTO. DOAÇÃO DE CRÉDITOS. É devido o Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos sobre as Doações. O Autuado apresenta elementos logrando êxito em elidir a acusação fiscal, eis que comprova que o doador dos direitos, objeto da exação, é domiciliado em outra Unidade da Federação. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 02/12/2022, imputa ao sujeito passivo a falta de recolhimento ou recolhimento a menos do ITD incidente sobre doações de créditos no valor de R\$ 21.437,50.

Consta que o contribuinte declarou doação de R\$ 612.500,00 no IR ano Calendário 2017, tendo sido intimado por “AR” e via Edital.

O sujeito passivo apresenta impugnação, fl. 19, destaca que consoante os extratos da dívida ativa, obtidos no processo de notificação junto à SEFAZ-BA, onde consta que possui uma dívida fiscal de ITD sobre doação, referente ao ano de 2017.

Frisa que SEFAZ-BA está cobrando, com base na primeira declaração de imposto de renda de 2017, na qual erroneamente o seu endereço foi errado e por esse motivo seu contador identificou o erro e retificou a declaração em 01/21, cuja cópia anexa às fls. 21 a 28.

Informa que na base de dados da Receita Federal consta a retificação da declaração colocando o endereço correto de onde reside desde 2004 no Ceará, com base nessa retificação o imposto foi pago pela pessoa que recebeu a doação no Estado do Ceará, onde de fato é devido o imposto, não existindo assim nenhum fato gerador para o Estado da Bahia.

Assinala que conforme atualização das retificações feitas na Receita Federal solicita a atualização do sistema da SEFAZ para que possa atualizar minhas informações no seu banco de dados e anular a cobrança indevida que existe em seu nome.

Destaca que no anexo (Declaração de Imposto de Renda Retificado em 20/01/2021 é possível perceber que houve a retificação da mudança de endereço para o Estado do Ceará. Sendo assim, não existe nenhum endereço meu na Bahia em nenhuma Declaração de Imposto de Renda tornando assim a cobrança do ITD no Estado da Bahia indevida.

Informa que o imposto ITCD foi pago em 2018 no Estado do Ceará pelo Sr. Jeferson Cardoso Santos que recebeu a doação na época.

O Autuante presta a informação fiscal fl. 48, depois de reproduzir as alegações da Defesa, assinala que de acordo com espelho da Receita Federal acostado à fl. 05, o objeto da doação é imóvel.

Informa que o imóvel não está declarado no Imposto de Renda e que no processo não constam documentos que identifiquem a localização do imóvel.

Conclui mantendo a autuação.

Essa 3ª JFJ converte os Autos em Diligência, fl. 51, para que o Autuado apresentasse a comprovação e a discriminação da natureza da doação, objeto da autuação e, se imóvel identificasse a sua localização.

Consta às fls. 53 a 55, cópia de Alteração ao Contrato Nº 3, da Pousada IBITU Ltda - ME, fundada em 01 de novembro de 2019, na forma do ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado do Ceará, com o NIRE 23201330776, inscrita no CNPJ sob o nº 02.168.929/0001-50, com sede na Rua Luís Gama, 438, Morro Branco, cidade de Beberibe no Estado do Ceará, datada de 30 de setembro de 2017.

Consta da alteração que o sócio STEFAN WALTER BERTHER, suíço, viúvo, empresário, CPF Nº 783.508.675-15, residente e domiciliado na Rua Luís Gama, 438, Morro Branco, cidade de Beberibe no Estado do Ceará - CEP 62884-000, retira-se da sociedade, cedendo e transferindo em forma de doação a totalidade de suas cotas 612.500, totalizando o valor de R\$ 612.500,00, para o sócio JEFERSON CARDOSO SANTOS, brasileiro, solteiro, empresário, CPF Nº 006.661.185-74, residente e domiciliado na Rua 004, nº 438, Loteamento Sítio Porta, Morro Branco, cidade de Beberibe no Estado do Ceará - CEP 62884-000.

VOTO

O Auto de Infração em exame, formaliza a constituição de crédito tributário de Imposto sobre Transmissões “*causa mortis*” e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCMD ou simplesmente ITD), em decorrência de falta de recolhimento do imposto no valor de R\$ 21.437,50, incidente sobre doações de créditos, informação extraída da Declaração de Ajuste do Imposto de Renda - IRPF, ano calendário 2017, no valor de R\$ 612.500,00.

No que tange às questões formais, verifico estarem presentes os pressupostos de validade processual, não faltando requisitos essenciais na lavratura do auto de infração, encontrando-se definidos o autuado, o montante devido e o fato gerador do débito tributário. Portanto, o lançamento de ofício e o processo administrativo fiscal dele decorrente, não estão incursos em quaisquer das hipóteses do art. 18 do RPAF-BA/99, para se decretar a nulidade da autuação.

O ITD, Imposto sobre transmissão “*causa mortis*” e doação de quaisquer bens e direitos, também conhecido como imposto de herança e de doação, decorre da abertura de sucessão hereditária para o caso de transferência de patrimônio em razão de morte ou ainda, em consequência de cessão por ato de liberalidade e generosidade, no caso de transferência de patrimônio (móveis ou imóveis) em razão de doação pura e simples, entre pessoas vivas.

Este tributo tem previsão no art. 155, inciso I, da Constituição Federal é de competência dos Estados. Cabe a cada um dos Estados da Federação Brasileira promover a cobrança do ITD em relação à transmissão da propriedade de imóvel situado nos respectivos territórios, como também de bens móveis (dinheiro, direitos creditórios, automóveis, etc.), na localidade em que é domiciliado o doador. No Estado da Bahia foi editada a Lei nº 4.826, de 27 de janeiro de 1989.

A cobrança deste imposto depende de uma declaração apresentada pelo contribuinte informando a doação, o que muitas vezes não ocorre, considerando que durante longo período a cobrança se restringiu às *transmissões causa mortis* (conhecimento do imposto pelo inventário) ou na transmissão por *doação de bens imóveis* (o pagamento do imposto é condição, para que seja feito o registro da escritura e a efetivação da transmissão da propriedade).

Diante deste fato, o Estado da Bahia através de Convênio, passou a utilizar-se das informações compartilhadas pela Receita Federal, promovendo o cruzamento das informações constantes em sua base de dados, constatando que muitas pessoas declaram ao órgão federal o recebimento das doações, mas não realizam o devido pagamento do ITD.

Em sede de Defesa o Autuado alegou que a cobrança é indevida, haja vista que o Autuado vista que reside no Estado do Ceará desde 2014, e que a exigência fiscal, ora em lide, decorreu de erro em sua Declaração de Imposto de Renda, ano Calendário 2017, em que constava seu endereço antigo erradamente, destacando que promoveu a correção do endereço através de Declaração Retificadora em 20/01/2021, cuja cópia está acostada às fls. 21 a 26, e à fl. 24, figura na Rubrica “Doações Efetuadas” a doação efetuada para JEFERSON CARDOSO DOS SANTOS, CPF Nº 006.661.185-74, no valor de R\$ 612.500,00.

O Autuante ao prestar informação fiscal manteve a autuação, assinalando que no espelho da Receita Federal, fl. 05, o objeto da doação é imóvel e que o imóvel referido não está declarado no IR e que no processo não constam documentos que identifique a localização do imóvel.

É importante ressaltar que ao examinar especificamente o que consta à fl. 05, verifico no espelho da Receita Federal “Informações Econômico-Fiscais - Transferências Patrimoniais” Doações Efetuadas, que a doação referente ao exercício de 2017, no valor R\$ 612.500,00, para o CPF/Beneficiário - 06.661.185-74, se refere a “BD”, ou seja, BEM ou DIREITO. Ou seja, a declaração do Autuante não corresponde ao teor do espelho no tocante à natureza da doação.

A matéria objeto da autuação se submete a legislação de regência, assim veiculada na Lei nº 4.826, *in verbis*:

Art. 5º São contribuintes do Imposto:

I - nas transmissões “CAUSA MORTIS”, os adquirentes dos bens ou direitos transmitidos;

II - nas doações a qualquer título, o donatário.

[...]

Art. 6º Nas transmissões e doações que se efetuarem sem o pagamento do imposto devido, são solidariamente responsáveis o doador e o inventariante, conforme o caso.

[...]

Art. 8º Considera-se local da transmissão “CAUSA MORTIS” ou doação:

I - tratando-se de imóveis e de direitos a eles relativos, o da situação dos bens;

II - tratando-se de bens móveis, direitos, títulos e créditos, onde tiver domicílio:

a) o doador ou onde se processar o inventário ou arrolamento;

Por outro lado, verifico também que a cópia da Alteração ao Contrato Social Nº 3, da empresa “Pousada IBITU Ltda - ME, com o NIRE 23201330776, inscrita no CNPJ sob o nº 02.168.929/0001-50, com sede na Rua Luís Gama, 438, Morro Branco, cidade de Beberibe no Estado do Ceará, datada de 30 de setembro de 2017, não deixa dúvida de que a doação informada na declaração do IR, do Ano-Calendário 2017 se refere à transferência em forma de doação da totalidade das quotas no valor de R\$ 612.500,00, do ora Autuado, Sr. STEFAN WALTER BERTHER, para o Sr. JEFERSON CARDOSO SANTOS, CPF Nº 006.661.185-74.

Logo, nos termos expendidos, resta evidenciado nos autos que assiste razão ao Impugnante, no sentido de que a doação, objeto da autuação, se trata de direito e não de imóvel e, neste caso a previsão estatuída legalmente é a de que o sujeito ativo da cobrança do ITD é a Unidade Federada em que seja domiciliado o doador que, no presente caso, é o Estado do Ceará.

Assim, concluo pela insubsistência da autuação.

Ante ao exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **281392.0641/22-2**, lavrado contra **STEFAN WALTER BERTHER**.

Sala virtual das Sessões do CONSEF, 05 de outubro de 2023.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS - RELATOR

ALEXANDRINA NATÁLIA BISPO DOS SANTOS - JULGADORA